

ADORNOS MORTUÁRIOS: MANIPULAÇÃO DE OBJETOS COMO FONTE DE INFORMAÇÕES

Luzia Maria de Sousa Carvalho (Bolsista do ICV/CNPq), Jacionira Coelho Silva (Orientadora departamento de Arqueologia – UFPI). Rebeca Jade dos Santos Silva (colaboradora, UFPI)

Introdução

A parte da Arqueologia voltada para o estudo e escavação de necrópoles constitui uma especialização dessa ciência e se denomina Arqueologia Mortuária ou Arqueologia Funerária para a qual a eficiência da escavação, interpretação, documentação e publicação dos contextos sepulcrais, entendidos através do material encontrado junto aos corpos (adornos), é fundamental para a interpretação antropológica da necrópole como sítio arqueológico.

A percepção da paisagem arqueológica da morte (BONJARDIM, 2007) resume bem o objetivo da discussão e representação da morte, tanto na paisagem cultural das cidades como nos signos mortuários edificados nas igrejas, expostos em sítios indígenas, ritos e cemitérios atuais e pré-históricos.

A morte na maioria dos grupos é tratada como um tabu, formada de ritos, crenças e signos, porque a sociedade se preocupa em como encarar a morte independente da época ou tempo, em como pensar nos seus mortos, expressar sentimentos pelos entes queridos, através dos cultos que lhes são prestados. A morte não é uma mudança e sim uma adaptação.

O comportamento mais simbólico da morte é o enterramento funerário, realizado com rituais e identificado por categorias, como aspectos biológicos, tratamento do corpo, sepultura e aspectos locais (SILVA, 2005-2006).

Os enfeites mortuários constituem importantes componentes dos rituais fúnebres enquanto indicadores de hierarquia social, uma vez que o cadáver é tratado na *fantasia* dos vivos com uma preparação para uma morte quase vida, enquanto os vivos pela mediação das exéquias se aproximam de uma quase morte (THOMAS, 1980).

Para Edmund Leach (1988) os objetivos dos rituais era transmitir o conhecimento da vida social adquirida, o que significa dizer que as ações e os rituais do cotidiano nada mais são que codificações. Uma abordagem da cultura material encontrada nos sítios, a cronologia, as condições ecológicas do ambiente e se possível a identidade do grupo aos quais os indivíduos pertenciam, se conhecida, revelam a organização social dos grupos extintos. Caso contrário, as informações sobre as inumações poderão contribuir para a construção dessa identidade.

Para se entender essas práticas, é necessário que o estudo cronológico tenha uma base etológica e assim, segundo Ribeiro (2007) pode-se chegar a decifrar a simbologia da cultura material relacionada à morte dentro de um grupo cultural. A inumação de um corpo não é uma particularidade de uma sociedade; mas de uma cultura e por isso serve como um marco identitário.

Enfim, o enterramento é a construção de um documento arqueológico, formado pelos componentes - esqueleto, estrutura mortuária e a cultura material (enxoval funerário) que acompanha o cadáver. E

são os componentes da cultura material que acompanham o cadáver como parte do ritual fúnebre que se objetiva identificar neste estudo com relação a inumações identificadas entre grupos extintos no Piauí.

Metodologia

O desenvolvimento do presente estudo constou de um levantamento e revisão bibliográfica sobre as formas de enterramento, em que Silva (2005-2006), Thomas (1980), Bonjardim (2007), Cisneiros (2003), Pinto (1956) e Leach (1988) foram os textos revisados e confrontados com informações obtidas anteriormente. Staden (1974) e Léry (1880) constituíram as principais fontes investigadas sobre as práticas funerárias dos grupos nativos que habitavam o litoral e o interior do país, “tapuias” e “tupis”.

Resultados e discussão

“Tapuia” foi o nome atribuído a todos os grupos indígenas do interior do Brasil e do Sertão nordestino que não pertencessem ao tronco Tupi, exemplos de maior variedade de ritos e enterramentos pré-históricos e históricos no Brasil.

O grupo dos Paracás (PINTO,1956) que habitaram além da Serra das Jacobinas eram submissos ao seu pajé,não possuíam divindades, mas apenas uma semelhança de idolatria ao chefe da etnia.Se alguém adoecesse no grupo e não tivesse cura, os demais o colocava no centro da aldeia para uma sessão de cura pelo pagé; depois de um tempo se o doente não se recuperasse, a família pegava paus e o executava ali mesmo, dividia o corpo em pedaços e o comia. Se o defunto fosse casado, o coração e o fígado pertenciam ao cônjuge sobrevivente. Dos ossos mais longos se faziam flautas e do crânio, trompas para tocar na guerra. Desse modo, nada sobrava dos restos funerários.

Os Gamela, que se encontravam aldeados no sertão do Maranhão, próximo ao rio Pindaré, faziam suas casas de palha, redondas, de 20 palmos de diâmetro e 12 de altura, que também lhe serviam de sepultura para o primeiro da família que ali fosse morto. Então mudavam de habitação para enterrar o defunto sentado com os seus armamentos ao lado, batatas, milho e cauí (PINTO, 1935).

O uso de botoque, de tabaco e ervas para curar, corridas de toros, agricultura, e canibalismo dentre outros, são destaques nesses grupos de ampla distribuição territorial. De variados troncos lingüísticos, diversos são os critérios para classificação atualmente utilizados, quando antes era generalizada pelos tupis e colonizadores em uma única etnia, os “tapuias”. Tudo que se sabe arqueologicamente desses povos é que os ritos e símbolos na vida indígena eram voltados para a morte, e desvelar a cultura desses grupos do interior do Brasil é expor através de relatos dos cronistas e de pesquisas arqueológicas a identidade étnico-cultural de um povo “encoberto” pela ideologia dominante na história oficial do país.

Gândavo em 1576 (1980) afirmava que “ a língua que usam por toda a costa é uma” evidentemente referindo-se ao tupi, devido ao contato com eles e em seguida com o que teve com os grupos que habitavam o “rio maranhão da banda do oriente”, grupo conhecido como Aimoré. Apesar de heterogêneos nos seus costumes, rituais e línguas, os cronistas passaram a tratar todos os grupos do interior de forma genérica denominando-os “tapuias”.

No estudo ora concluído infere-se que os rituais mortuários são tratamentos que o homem desenvolveu para cuidar dos corpos de seus indivíduos mortos, variando a estrutura e a simbologia

de acordo com o meio sociocultural, resultando na preocupação de preservar a memória de seus mortos, transmitir as práticas mortuárias para as gerações futuras e estabelecer uma crença em um mundo abstrato, ao mesmo tempo em que evitam a corrupção dos mortos em presença dos vivos.

Conclusão

Os estudos arqueológicos realizados no nordeste do Brasil comprovam significativo número de práticas mortuárias realizadas nos enterramentos pré-históricos. Os textos coloniais informam que o endocanibalismo era uma prática comum atribuída aos denominados “tapuias”, enquanto grupos Tupis praticavam o exocanibalismo, ou seja, o canibalismo contra o inimigo de guerra, segundo vários relatos como os de Staden (1974) e Léry (1880). Desse modo, a revisão bibliográfica realizada permitiu o alcance dos objetivos propostos, elucidando as diferentes formas de enterrar dos grupos nativos de nosso território.

Palavras-chave: Práticas Mortuárias. Adornos funerários. Simbologia.

APOIO:



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBEVILLE, Claude d'. História da missão dos Padres capuchinhos na Ilha do Maranhão. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

BONJARDIM, S. G. M.; VARGAS, M. A. M. . O VISÍVEL E O INVISÍVEL: A paisagem arqueológica da morte em São Cristóvão e Laranjeiras SE. Ateliê geográfico (UFG), v. 4, p. 190-214, 2010.

BARTH, Fredrik. “Os grupos étnicos e suas fronteiras”. Em: Philippe Poutignat e Jocelyne Streiff-Fenart. São Paulo: editora UNESP. 1998.

CARDIM, Fernão. Tratado da terra e gente do Brasil. São Paulo: nacional. 1939.

CARVALHO, Miguel de. (Padre) Descrição do certão do Piauhy ao Ilm°Sr. Frei Francisco de Lama Bispo de Pernambuco. In: ENNES, op. Cit., p. 370-389.